

---

# DESENVOLVIMENTISMO, MODERNIDADE E TEORIA DA DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA\*

[Developmentalism, Modernity, and Dependency Theory in Latin America]

RAMÓN GROSFUGUEL

BERKELEY UNIVERSITY

---

**Resumo:** Os *dependentistas* latino-americanos produziram um conhecimento que criticava os pressupostos eurocêntricos dos *cepalistas*, incluindo a ortodoxia marxista e as teorias da modernização norte-americana. A crítica da escola *dependentista* ao estagismo e ao desenvolvimentismo foi uma intervenção importante que transformou o imaginário dos debates intelectuais em muitas partes do mundo. No entanto, argumentarei que muitos *dependentistas* ainda estavam presos ao desenvolvimentismo e, em alguns casos, até mesmo ao estagismo, que tentavam superar. Além disso, embora a crítica dos *dependentistas* ao estagismo tenha sido importante ao negar a “negação da coetaneidade” que Johannes Fabian (1983) descreve como central para as construções eurocêntricas de “alteridade”, alguns *dependentistas* a substituíram por novas formas de negação de coetaneidade. A primeira parte deste artigo discute a ideologia desenvolvimentista e o que chamo de “mania-feudal” como parte da longa duração da modernidade na América Latina. A segunda parte discute o desenvolvimentismo dos *dependentistas*. A terceira parte é uma discussão crítica sobre a versão da teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso. Finalmente, a quarta parte discute o conceito de cultura dos *dependentistas*.

**Palavras-chave:** colonialidade; desenvolvimentismo; teoria da dependência; modernidade.

---

**Abstract:** The Latin American *dependentistas* produced a knowledge that criticized the Eurocentric assumptions of the *cepalistas*, including the orthodox Marxist and the North American modernization theories. The *dependentista* school critique of stagism and developmentalism was an important intervention that transformed the imaginary of intellectual debates in many parts of the world. However, I will argue that many *dependentistas* were still caught in the developmentalism, and in some cases even the stagism, that they were trying to overcome. Moreover, although the *dependentistas*' critique of stagism was important in denying the “denial of coevalness” that Johannes Fabian (1983) describes as central to Eurocentric constructions of “otherness,” some *dependentistas* replaced it with new forms of denial of coevalness. The first part of this article discusses developmentalist ideology and what I call “feudalmania” as part of the *longue durée* of modernity in Latin America. The second part discusses the *dependentistas*' developmentalism. The third part is a critical discussion of Fernando Henrique Cardoso's version of dependency theory. Finally, the fourth part discusses the *dependentistas*' concept of culture.

**Keywords:** coloniality; developmentalism; dependency theory; modernity.

---

---

\* Originalmente publicado *Neplanta: Views from South*, 1 (2), 2000, pp. 347-374. Permissão gentilmente cedida pelo autor a quem a revista agradece. [N.E.]

---

## 1. IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA E MANIA-FEUDAL COMO PARTE DA IDEOLOGIA DA MODERNIDADE NA AMÉRICA LATINA

**E**xiste uma tendência a apresentar os debates sobre desenvolvimento do período pós-1945 na América Latina como sem precedentes. Para distinguir a continuidade da descontinuidade, devemos colocar os debates sobre desenvolvimento do período de 1945-90 no contexto de longa duração da história da América Latina. Os debates sobre desenvolvimento de 1945-90 na América Latina, embora aparentemente radicais, de fato fazem parte da longa duração da geocultura da modernidade que dominou o sistema mundo moderno desde a Revolução Francesa no final do século XVIII. Antes de elaborar isso um pouco mais, devo, no entanto, esclarecer alguns pontos históricos e conceituais. A ideia de que algo novo é necessariamente bom e desejável porque vivemos numa era de progresso é fundamental à ideologia da modernidade (WALLERSTEIN, 1992a; 1992b). Essa ideia pode ser remontada ao Iluminismo do século XVIII, que afirmou a possibilidade de uma reforma consciente e racional da sociedade, a ideia de progresso e as virtudes da ciência em relação à religião.

A ideia moderna que tratava cada indivíduo como um sujeito livre e centrado com controle racional sobre seu destino foi estendida ao nível do Estado-nação. Cada Estado-nação era considerado soberano e livre para controlar racionalmente seu desenvolvimento progressivo. A elaboração dessas ideias na economia política clássica produziu os fundamentos para o surgimento de uma ideologia desenvolvimentista. O desenvolvimentismo está vinculado à ideologia liberal e à ideia de progresso. Por exemplo, uma das questões abordadas pelos economistas políticos foi como aumentar a riqueza das nações. As diferentes prescrições foram recomendadas por diferentes economistas políticos; alguns eram comerciantes livres e outros neomercantilistas. Apesar de suas discrepâncias políticas, todos acreditavam no desenvolvimento nacional e no inevitável progresso do Estado-nação através da organização racional

---

da sociedade. O principal elemento de disputa foi como garantir mais riqueza para um Estado-nação. De acordo com Immanuel Wallerstein,

Esta tensão entre basicamente uma posição protecionista e pró-livre mercado tornou-se um dos principais temas da formulação de políticas nos vários Estados do sistema mundo no século XIX. Isto muitas vezes foi a questão mais importante que dividiu as principais forças políticas de determinados Estados. Ficou claro, desde então, que um tema ideológico central da economia mundial capitalista foi que todo Estado poderia alcançar, e afinal provavelmente alcançaria, um nível elevado de renda nacional e que a ação consciente e racional assim o faria. Isso se encaixa muito bem com o subjacente tema iluminista do progresso inevitável e da visão teleológica da história humana que encarnou. (1992a, p. 517)

O desenvolvimentismo tornou-se uma ideologia global da economia mundial capitalista. Na periferia latino-americana, essas ideias foram apropriadas no final do século XVIII pelas elites crioulas espanholas, que as adaptaram à sua própria agenda. Uma vez que a maioria das elites estava ligada a uma classe agrária de proprietários de terras, que produzia bens através de formas compulsórias de trabalho para vender com obtenção de lucro no mercado mundial, elas eram muito ecléticas em sua seleção das ideias do Iluminismo que desejavam utilizar. O livre comércio e a soberania nacional eram ideias defendidas como parte de sua luta contra o monopólio colonial espanhol do comércio. No entanto, por razões raciais e de classe, as ideias modernas sobre a liberdade individual, os direitos do homem e a igualdade foram minimizadas. Não houve grandes transformações sociais das sociedades latino-americanas após as revoluções da independência da primeira metade do século XIX. As elites crioulas deixaram intactas as formas coloniais não-capitalistas de trabalho forçado, bem como as hierarquias raciais/étnicas. As elites crioulas brancas mantiveram, após a independência, uma hierarquia racial onde índios, negros, mestiços, mulatos e outros grupos racialmente oprimidos estavam localizados na parte de baixo. Isso é o que Aníbal Quijano (1993) chama de “colonialidade do poder”.

Durante o século XIX, a Grã-Bretanha tornou-se o novo poder central e o novo modelo de civilização. As elites crioulas latino-americanas estabeleceram uma

---

oposição discursiva entre o “atraso, o obscurantismo e o feudalismo” da Espanha e a nação “avançada, civilizada e moderna” da Grã-Bretanha. Leopoldo Zea, parafraseando José Enrique Rodó, chamou isso de nova “norte-mania” (*nordomanía*), ou seja, a tentativa das elites crioulas de ver no Norte novos “modelos” que estimulariam o desenvolvimento, ao mesmo tempo que desenvolveram novas formas de colonialismo (ZEA, 1986, p. 16-17). A posterior caracterização do século XIX pelas elites crioulas da América Latina como “feudal” ou em um “estágio” atrasado serviu para justificar a subordinação latino-americana aos novos mestres do Norte e faz parte do que eu chamo de “mania-feudal”, que continuaria ao longo do século XX.

Mania-feudal era um dispositivo de “distanciamento temporal” (FABIAN, 1983) para produzir um conhecimento que negava a coetaneidade entre a América Latina e os países europeus avançados. A negação da coetaneidade criou um duplo mecanismo ideológico. Primeiro, ela escondeu a responsabilidade europeia na exploração da periferia latino-americana. Ao não compartilhar o mesmo tempo histórico e existir em diferentes espaços geográficos, o destino de cada região foi concebido como não relacionado com o de outra. Em segundo lugar, viver diferentes temporalidades, onde a Europa estava em um estágio de desenvolvimento mais avançado do que a América Latina, reproduziu uma noção de superioridade europeia. Assim, a Europa era o “modelo” a imitar e o objetivo desenvolvimentista era “recuperar o atraso”. Isto é expresso na dicotomia *civilização/barbárie* vista em figuras como Domingo Faustino Sarmiento na Argentina.

O uso de ideias econômicas neomercantilistas e liberais permitiu às elites ibero-americanas do século XIX oscilar entre posições protecionistas e de livre comércio dependendo das flutuações da economia mundial. Quando se beneficiavam da produção agrária ou das exportações de mineração na divisão internacional do trabalho dominado na época pelo imperialismo britânico, as teorias econômicas liberais proporcionavam justificção racional para o seu papel e

---

objetivos. Mas quando a concorrência estrangeira ou uma crise econômica mundial afetava suas exportações para o mercado mundial, mudavam a produção para os mercados internos e empregavam argumentos neomercantilistas para justificar políticas protecionistas. No Chile, na Argentina e no México, havia argumentos econômicos nacionalistas e neomercantilistas que anteciparam muitos dos argumentos desenvolvidos cem anos mais tarde, pela escola Prebisch-CEPAL<sup>1</sup> e por alguns dos *dependentistas* (POTASCH, 1959; FRANK, 1970; CHIARAMONTE, 1971). Por exemplo, o debate desenvolvimentista da década de 1870 foi o debate econômico mais importante na Argentina durante o século dezenove e um dos mais importantes na América Latina. Um plano de desenvolvimento industrial que usa políticas neomercantilistas e protecionistas foi proposto. Este movimento foi liderado por um professor de economia política da Universidade de Buenos Aires e membro da Câmara de Deputados, Vicente F. López. O grupo de López foi apoiado pelos fazendeiros agrários, artesãos, camponeses e incipientes capitalistas industriais. Embora todos eles fossem protecionistas, nem todos eram nacionalistas econômicos. A posição protecionista dos proprietários agrários era devido a crises econômicas mundiais de 1866 e 1873, que afetaram negativamente os preços de exportação da lã, principal item exportador da Argentina no momento. Portanto López promoveu o desenvolvimento de uma indústria nacional do tecido como uma solução de transição para a depressão mundial. O movimento terminou uma vez que os produtores de lã mudaram para a pecuária e para as exportações de carne.

No entanto, o grupo de deputados liderado por López desenvolveu argumentos econômicos neomercantilistas e nacionalistas que anteciparam muitos dos argumentos desenvolvidos cem anos depois pela Escola Prebisch-CEPAL e por

---

<sup>1</sup> CEPAL foi a Comissão Econômica para América Latina criada pelas Nações Unidas em 1948. Raúl Prebisch foi um economista argentino, primeiro diretor da CEPAL, e uma liderança teórica da primeira escola de pensamento econômico na periferia, conhecida mundialmente como a escola CEPAL-Prebisch (GROSFOGUEL, 1997).

---

alguns dos *dependentistas*. Influenciados no final da década de 1830 pela geração romântica argentina (por exemplo, Juan Bautista Alberdi, Esteban Echevarria), López defendeu uma abordagem historicista/idiográfica contra o universalismo dos economistas políticos liberais (CHIARAMONTE, 1971, pp. 128-29, 133-34). Segundo López, a ideia do livre comércio não é um princípio absoluto; em vez disso, sua aplicação depende das condições particulares de cada país. Se o comércio livre fosse benéfico para o desenvolvimento industrial de países estrangeiros, no caso argentino, onde diferentes estruturas industriais e econômicas estavam presentes, o comércio livre não era uma solução. Na primeira fase de desenvolvimento industrial, as indústrias precisam de proteção contra a concorrência estrangeira. Como um dos membros do grupo protecionista, Lucio V. López, disse em 1873: “É um erro acreditar que a economia política oferece e contém princípios imutáveis para todas as nações” (CHIARAMONTE, 1971, pp. 129-30). Esta crítica da abordagem nomotética/universalista dos intelectuais do Estado é ainda mais forte na tese de um dos discípulos de Vicente F. López, Aditardo Heredia, que atacou as concepções sociais dos intelectuais europeus como a-históricas e metafísicas. Heredia criticou, em particular, os pensadores do Iluminismo europeu por aspirar a desenvolver uma ciência social guiada por princípios universais e inflexíveis, semelhantes aos teoremas geométricos ou fórmulas algébricas, sem atenção às peculiares condições históricas de cada nação (130). Carlos Pellegrini, um dos principais deputados protecionistas, disse, já em 1853, que as belas deduções de Adam Smith não prestaram atenção suficiente a um aspecto que influencia todas as instituições humanas: o tempo (133). O debate foi um confronto nomotético-idiográfico clássico. Os estudiosos argentinos se opuseram a uma teoria baseada em um conceito de tempo/espço eterno com argumentos mais particularistas e historicistas.

A originalidade de seus argumentos estava em articular uma política econômica em apoio a um projeto de industrialização nacionalista na periferia da economia mundial e identificar as relações com a Inglaterra como parte da fonte do

---

subdesenvolvimento da Argentina. O nacionalismo econômico de Vicente F. López e seu grupo oferecia uma crítica das relações dependentes da Argentina com a Inglaterra e outros centros europeus já na década de 1870 (CHIARAMONTE, 1971, pp. 192-93). Com relação a este ponto, podemos citar as seguintes declarações feitas por este grupo protecionista, que podem evidenciar algumas semelhanças com certas posições *dependentistas* da CEPAL cem anos depois:

É muito bonito... falar de livre comércio... esta palavra liberdade... é tão bonita! Mas devemos entender a liberdade. Para os ingleses que se favorecem do livre comércio, a liberdade é permitir que as fábricas inglesas fabriquem produtos estrangeiros, permitir que o comerciante inglês venda o produto estrangeiro. Esse tipo de liberdade transforma o resto do mundo em países tributários; enquanto a Inglaterra é a única nação que goza de liberdade, o resto são nações tributárias; mas eu não entendo o livre comércio desta maneira. Por *livre comércio*, entendo uma troca de produtos acabados por produtos acabados. O dia em que a lã possa ser exportada não sob a forma de uma matéria-prima, mas sim como um casaco acabado em troca das agulhas de ferro da Inglaterra ou cadeias de relógio, então eu aceitaria o comércio livre, ou seja, um produto acabado do nosso país por um produto acabado da Inglaterra. Mas se o comércio livre consiste em enviar nossa lã... então, a Inglaterra pode lavá-la (quando falo da Inglaterra, eu também falo da Europa e do resto do mundo), fabricá-la, vendê-la para nós através de comerciantes ingleses, trazida por navios ingleses e vendida por agentes ingleses, não entendo; isso não é comércio livre, isso é fazer de um país que não possui essa indústria um país tributário. Assim, vamos seguir o caminho do protecionismo, dado que se virmos a história dos países industrializados, veremos que seu progresso é devido ao protecionismo. (Discurso do Ministro das Finanças, Rufino Varela, Legislatura de 1876; citado em CHIARAMONTE, 1971, pp. 182-83).

No Parlamento inglês, um dos ilustres defensores do comércio livre disse que gostaria, mantendo sua doutrina, de fazer da Inglaterra a fábrica do mundo e da América, a fazenda da Inglaterra. Ele disse algo que é bastante verdadeiro... que, em grande medida, foi realizado, porque, de fato, somos e seremos por muito tempo, se não resolvermos esse problema, a fazenda das grandes nações industrializadas. (Discurso de Carlos Pellegrini na Câmara de Deputados em 1875; 189)

É impossível ser independente quando um país não é autossuficiente, quando não tem tudo o que precisa consumir... Eu sei bem quais são os remédios: eles devem ter capital para nos pagar pela elaboração de produtos e sua adaptação para consumo. Somente assim, o país terá independência e crédito e será salvo por meio de seus próprios esforços. (Discurso de Vicente F. López na Câmara de Deputados em 1875; 27)

Reconheceu-se que a independência política não pode existir sem a independência industrial e mercantil. (Discurso de um deputado protecionista em 1874; 192)

---

(Não é necessário) ser permanentemente dependente do capital estrangeiro... Sou totalmente opositor ao estabelecimento de companhias com o capital estrangeiro. (Deputado Seeber em 1877; 185)

Embora este grupo nacionalista questionasse os princípios da economia política liberal tradicional e a localização da Argentina na divisão mundial do trabalho (CHIARAMONTE, 1971, p. 193), é importante indicar que estavam comprometidos com um liberalismo nacionalista. Eles defendiam o protecionismo como um estágio transitório, embora necessário, para direcionar o país para o liberalismo econômico. Eles criticaram os defensores da doutrina do livre mercado porque esta política mantinha a subordinação da Argentina à Inglaterra. Eles desejavam restringir momentaneamente a plena implementação do liberalismo econômico como meio de alcançá-lo mais tarde: as indústrias recém-nascidas precisavam de proteção, mas, uma vez que crescessem, os mercados livres deveriam ser encorajados (191). Esta doutrina é muito próxima à do economista político alemão Frederich List e do norte-americano Casey, que também promoveram o protecionismo contra a Inglaterra como um estágio necessário para o desenvolvimento. No entanto, embora o nome deles tenha sido mencionado por vezes durante o debate parlamentar dos anos 1870 (135), a influência dominante sobre os protecionistas argentinos na década de 1870 veio de sua própria tradição intelectual (134-35). Em suma, eles eram comprometidos com o desenvolvimento capitalista nacional através da formação de uma burguesia industrial local.

Outros países da América Latina, como o México (POTASCH, 1959) e o Chile (FRANK, 1970), tiveram debates semelhantes durante o século XIX. Provavelmente, o caso mais extremo em termos de debates de livre comércio e protecionismo foi o Paraguai do século XIX, onde um regime protecionista liderado pelo Dr. Francia e a família López foi destruído por uma intervenção militar do Brasil, do Uruguai e da Argentina, auxiliada pelos britânicos, para instalar um regime de livre comércio. Seis de cada sete homens paraguaios foram mortos na Guerra da Tríplice Aliança. Essa guerra foi um ponto de viragem para o triunfo da doutrina do livre comércio, que prevaleceu na América Latina durante o século XIX, o período da

---

hegemonia britânica. Os capitalistas agrários e mineiros aproveitaram a venda de matérias-primas ou colheitas, e a compra de produtos manufaturados dos britânicos, em vez de tentar competir com eles através da industrialização.

No final do século XIX, o evolucionismo de Spencer e o cientificismo comtiano uniram forças para formar a versão latino-americana do positivismo, que forneceu a justificativa ideológica para a subordinação econômica ao “império do livre comércio” e a dominação política das ditaduras de “ordem e progresso”. O cientificismo, o progresso, a verdade, a propriedade, o estagismo evolutivo e a ordem foram todos temas ilustrados reproduzidos nas doutrinas evolutivas do positivista Auguste Comte e Herbert Spencer. Ambos foram usados na periferia latino-americana para justificar a penetração de investimentos de capital estrangeiros e promover o liberalismo econômico contra o “atraso” e o “feudalismo”. Estagismo evolutivo, progresso inevitável e otimismo na ciência e na tecnologia foram combinados para formar uma visão teleológica da história humana que fortaleceu a base da ideologia desenvolvimentista. Como resultado das invasões militares dos EUA na região, da revolução mexicana em 1910 e da desilusão com o liberalismo durante o Primeiro Mundo, surgiu uma nova onda de nacionalismo entre as elites latino-americanas. Mais uma vez, após a Primeira Guerra Mundial, houve um questionamento radical do liberalismo econômico, desta vez focado na nova *hegemonia* da região, nos Estados Unidos.

Os nacionalistas promoveram políticas protecionistas e intervenção estatal enquanto os positivistas defendiam políticas de livre mercado. No entanto, entre a ideologia nacionalista dos revolucionários mexicanos e o positivismo da ditadura de Porfirio Díaz, existem mais continuidades do que as comumente aceitas. Ambos promoveram a ideologia da mania-feudal e acreditavam que a implementação das políticas adequadas iria afastar o país de seu atraso rumo ao progresso. O nacionalismo e o positivismo afirmam a fé no progresso e na ciência e no controle/desenvolvimento racional da economia nacional através de um Estado-nação forte. Ambos compartilharam uma ideologia desenvolvimentista. Cada um

---

usou a representação da mania-feudal dos regimes do passado como “atrasados” e “bárbaros” para ganhar legitimação.

Debates semelhantes emergiram das experiências revolucionárias do mundo na década de 1910, antecipando mais uma vez alguns dos argumentos desenvolvidos nos debates pós-1945. O mais importante foi o de Victor Raúl Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui no Peru durante a década de 1920. A influência das ideias marxistas na sequência da Revolução Russa definiu os termos do debate. Desta vez, a problemática do desenvolvimento foi centrada em torno do caráter da revolução. A crença na aceleração dos processos históricos para o progresso através de revoltas revolucionárias poderia ser encontrada nas elites latino-americanas desde o século XIX (VILLEGAS, 1986, p. 95). Mas era o leninismo do século XX que popularizava a ideia de uma revolução racional iluminada por uma teoria científica e implementada por um partido revolucionário.

Tanto Haya de la Torre quanto Mariátegui reproduziram alguns dos conceitos liberais preferidos do século XIX (por exemplo, o caráter feudal do Peru), mas com um sabor marxista. A revolução era um meio radical para alcançar o projeto da modernidade: desenvolvimento nacional, controle racional da sociedade através de teoria científica (marxismo), erradicação da ignorância e do atraso “feudal”. Ambos condenaram o imperialismo e a classe do senhorio, favorecendo a reforma agrária e a industrialização como solução para o Peru.

Haya de la Torre, aplicando sua versão particular do marxismo, concluiu que o capitalismo na América Latina não seguiu a mesma trajetória que teve na Europa devido ao atraso “feudal” criado por séculos de colonialismo espanhol. Se o imperialismo fosse a última etapa do capitalismo na Europa, era apenas a primeira etapa da América Latina. Assim, a revolução aprista<sup>2</sup> deveria perseguir a constituição de um capitalismo nacionalista anti-imperialista aliado a uma burguesia independente e liderada pela pequena burguesia (VILLEGAS, 1986, p. 96-97). Devido

---

<sup>2</sup> APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana) foi um partido fundado por Victor Raúl Haya de la Torre no Peru.

---

à fraqueza da burguesia nacional, ele propôs a necessidade de um Estado forte intervencionista anti-imperialista para liderar o desenvolvimento econômico.

Mariátegui acreditava que o latifúndio feudal e as relações capitalistas faziam parte de um único sistema internacional capitalista, opondo-se ao dualismo de Haya (QUIJANO, 1981; VANDEN, 1986). Consequentemente, não poderia haver um papel progressista para o capitalismo no Peru. O capitalismo como sistema não permitiria o desenvolvimento de um capitalismo nacional independente. Além disso, o capitalismo internacional esteve vinculado às e reproduzido pelas relações pré-capitalistas no Peru. Esta é a primeira tentativa latino-americana de romper com a negação da coetaneidade dentro da tradição marxista. Ao invés de caracterizar formas de trabalho semifeudais como parte de um modo de produção “atrasado” e “subdesenvolvido”, Mariátegui conceitualizou-as como produzidas pelo sistema capitalista internacional. Nesta conceptualização, as formas semifeudais não são um residual do passado, mas uma forma de trabalho do atual sistema capitalista mundial.

20

---

Mariátegui propôs uma revolução socialista como a única solução para o subdesenvolvimento peruano. Foi através do *ayllu* (propriedade comunal) dos índios que o Peru poderia saltar o estágio capitalista e fazer uma transição direta das formas feudais para o socialismo. Essa revolução deve ser organizada por uma ampla aliança entre trabalhadores, camponeses e intelectuais revolucionários liderados por um partido proletário. A chamada burguesia nacional não tinha um papel revolucionário a desempenhar.

Este debate reapareceria novamente em termos bastante semelhantes entre alguns partidos comunistas e intelectuais *dependentistas* durante os anos de 1960 e 1970. O debate Haya-Mariátegui teve profundos efeitos sobre as posições *dependentistas* e sobre os programas políticos de muitos partidos políticos na América Latina.

Em resumo, as escolhas contemporâneas do desenvolvimentismo entre o protecionismo e o livre comércio têm uma longa história na América do Latina.

---

Esses debates surgiram várias vezes nos últimos duzentos anos com diferentes programas e projetos políticos. A escola *dependentista* foi uma versão radical do programa protecionista na América Latina. Sua solução para a dependência era desvincular-se do sistema mundial capitalista e organizar uma sociedade socialista isolada da influência e do controle do capitalismo metropolitano. Como discutiremos abaixo, a escola *dependentista* reproduziu uma versão particular da ideologia desenvolvimentista. Desnecessário dizer que os temas de desenvolvimentismo do século XIX continuam a ser muito vivos hoje.

## **2. DEPENDENTISMO E CEPALISMO: AS MESMAS SUPOSIÇÕES DESENVOLVIMENTISTAS?**

Três eventos importantes no início da década de 1960 forneceram o contexto social para o surgimento da escola de dependência: (1) a crise da estratégia de industrialização por substituição de importações (ISI) na América Latina; (2) a Revolução Cubana; e (3) a concentração de uma importante geração de intelectuais de esquerda exilados em Santiago devido à onda de golpes militares que começou em 1964 com o golpe brasileiro.

Primeiro, a crise de industrialização por substituição de importações iniciou um debate questionando alguns dos princípios consagrados pela escola da CEPAL. Todos os problemas que a estratégia ISI deveria resolver tinham sido agravados. Ao invés de importar bens de consumo, a América Latina começou a importar bens de capital no início dos anos 50. Estes últimos eram mais caros do que os anteriores. Além disso, a maioria das novas indústrias foi criada por empresas multinacionais em busca dos mercados locais da América Latina. Como resultado, no início da década de 1960, após uma década de industrialização por substituição de importações, déficits de balanço de pagamentos, déficits comerciais, aumento das populações marginalizadas e inflação continuaram a afetar a região.

---

Em segundo lugar, a Revolução cubana transformou o imaginário político de muitos latino-americanos. Os partidos comunistas tinham estado discutindo, durante anos, que o caráter “feudal” da América Latina exigia uma revolução capitalista sob a liderança da burguesia local. Seguindo essa lógica, os Partidos Comunistas apoiaram regimes populistas como o de Getúlio Vargas no Brasil e ditadores como Fulgêncio Batista e Anastásio Somoza. Castro ignorou os dogmas comunistas ortodoxos. Apesar de como podemos conceituar a Revolução Cubana hoje, naquela época era considerada uma revolução socialista. Para muitos, Cuba era a prova viva da possibilidade de um caminho alternativo de desenvolvimento “fora do mundo do sistema capitalista”. Isso proporcionou a base política para questionar a caracterização dos partidos comunistas da região como “feudal”. Em vez disso, o novo movimento de esquerda afirmou que a prioridade da América Latina deveria ser não desenvolver o capitalismo em aliança com a “burguesia nacional”, como os partidos comunistas alegaram, mas que comesçassem imediatamente lutas armadas para a revolução socialista. Os movimentos de guerrilha proliferaram em todo a região, tentando repetir a experiência cubana.

Em terceiro lugar, devido aos golpes militares na região, uma geração jovem de intelectuais de esquerda foi exilada em Santiago, onde trabalhou na CEPAL e nas universidades chilenas. Essa geração, crítica à versão ortodoxa do marxismo dos partidos comunistas e influenciada pelas novas ideias esquerdistas inspiradas na Revolução Cubana, contribuiu para a revisão crítica da doutrina da CEPAL. Essa geração de intelectuais passou a ser conhecida mundialmente como a escola de dependência.

A escola de dependência travou uma luta política e teórica em três frentes: contra a ideologia neodesenvolvimentista da CEPAL, contra o marxismo ortodoxo dos partidos comunistas latino-americanos, e contra a teoria da modernização dos acadêmicos dos EUA. Embora estas três tradições fossem diversas, elas compartilhavam uma visão dualista dos processos sociais.

---

Consequentemente, o problema das sociedades latino-americanas foi entendido como sendo por causa das estruturas arcaicas, tradicionais e/ou feudais que precisavam ser superadas para se tornar mais avançadas, modernas e capitalistas. Esta “distanciação no tempo” reproduziu a mania-feudal eurocêntrica do século XIX. A América Latina deveria estar ficando para trás dos Estados Unidos e da Europa devido às suas estruturas “arcaicas”.

Em contraste com os *cepalistas*, os *dependentistas* criticaram o modelo de industrialização por substituição de importações e o papel da burguesia “nacional”. Antes de 1950, movimentos anti-imperialistas latino-americanos lutaram pela industrialização da região como a dita solução para a subordinação aos centros capitalistas. A aliança imperialista entre o capital estrangeiro e a oligarquia local atingiu a industrialização da América Latina. O papel periférico atribuído à América Latina na divisão internacional do trabalho era exportar produtos primários para os centros. No entanto, a partir de 1950, com a proliferação de multinacionais e uma “nova divisão internacional do trabalho”, a industrialização para produzir bens para os mercados internos da América Latina não estava em contradição com o interesse do capital internacional. As tarifas protecionistas da estratégia de industrialização por substituição de importações e a busca de custos trabalhistas mais baratos aumentaram os investimentos industriais estrangeiros na periferia da América Latina. Assim, a natureza da dependência não era mais uma dependência industrial, mas uma dependência tecnológica. Os problemas com a balança de pagamentos que a industrialização por substituição de importações tentou resolver foram dramaticamente agravados devido à dependência tecnológica aos centros. Em vez de importar bens de consumo, os latino-americanos foram obrigados a importar maquinaria, novas tecnologias, patentes e licenças para o qual precisavam pagar ainda mais. A burguesia “nacional” associou-se a empresas multinacionais. Eles eram dependentes de capitalistas estrangeiros por tecnologia, máquinas e finanças. Assim, de acordo com os *dependentistas*, a burguesia “nacional” não representava um aliado progressista

---

ou confiável para dismantelar as estruturas do sistema capitalista mundial que reproduziam “subdesenvolvimento” na periferia.

Os *dependentistas* desafiaram o retrato dos partidos comunistas ortodoxos da América Latina como feudal. De acordo com o dogma marxista ortodoxo, todas as sociedades teriam que passar por sucessivas etapas fixas para alcançar o socialismo. Seguiu-se que a América Latina, na medida em que ainda não era capitalista, tinha que primeiro alcançar o estágio capitalista de desenvolvimento. Poderia fazê-lo por uma aliança das classes trabalhadoras com a “burguesia nacional” para erradicar o feudalismo e criar as condições para o capitalismo; depois disso, a luta pelo socialismo poderia começar. Esta teoria assumiu uma estrutura eterna tempo/espço, generalizando os estágios pretendidos do desenvolvimento nacional dos países europeus para o resto do mundo. Em vez de estimular o capitalismo, os estudiosos da dependência prescreveram uma transformação radical e imediata das estruturas sociais em direção ao socialismo. De acordo com sua análise, se o subdesenvolvimento da região se devia ao sistema capitalista, mais capitalismo não é uma solução. A solução é erradicar o capitalismo através de uma revolução socialista.

Os *dependentistas* também criticaram as teorias da modernização. Embora este não seja o lugar para uma exposição detalhada da abordagem de modernização do desenvolvimento, é importante apresentar alguns dos seus autores mais influentes. Teóricos da modernização como Bert F. Hoselitz (1960) e Walt W. Rostow (1960) assumiram a negação eurocêntrica da coetaneidade. Eles dividiram as sociedades em setores modernos e tradicionais. Hoselitz, usando as variáveis-padrão de Parsons, desenvolveu um esquema classificatório para definir cada setor. Nas sociedades modernas, os relacionamentos tendem a ser universalistas, funcionalmente específicos, e as pessoas são avaliadas por suas realizações. Nas sociedades tradicionais, as relações são particularistas, funcionalmente difundidas e as pessoas são avaliadas pelo status atribuído.

---

Consequentemente, o desenvolvimento consiste de mudar os valores culturais deste último para o primeiro.

No esquema de Rostow, o desenvolvimento é um processo de cinco estágios, da sociedade tradicional para a moderna. Usando a metáfora de um avião, os estágios de Rostow são os seguintes: estacionário (sociedade tradicional), pré-condições para decolagem, decolagem, condução até a maturidade e alta sociedade de consumo de massa (sociedade moderna). Em termos de nosso tópico, Rostow e Hoselitz universalizaram o que consideraram ser as características culturais ou os estágios mais avançados de desenvolvimento dos países dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Portanto, semelhante ao teor ortodoxo da teoria da produção dos partidos comunistas, os teóricos da modernização assumiram uma noção de estágios de tempo/espaço eterno/universal pela qual toda sociedade deveria passar. Além disso, eles assumiram a superioridade do “Ocidente” criando uma distanciação tempo/espaço entre as sociedades modernas “avançadas” e o “atraso” das sociedades tradicionais.

A luta entre as teorias da modernização e os *dependentistas* era uma luta entre dois locais geoculturais. O “locus de enunciação” (MIGNOLO, 1995) dos teóricos da modernização era América do Norte. A Guerra Fria foi uma parte constitutiva da formação da teoria da modernização. O viés a-histórico da teoria foi uma tentativa de produzir uma teoria universal a partir da experiência e ideologia do núcleo da economia mundial. Por outro lado, os *dependentistas* desenvolveram uma teoria tendo como locus de enunciação a periferia latino-americana. A tentativa não era universalizar, mas produzir uma teoria específica para esta região do mundo.

Cinco importantes autores *dependentistas* desenvolveram uma crítica extensa e detalhada à teoria da modernização. Fernando Henrique Cardoso (1964, cap. 2), Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1969, pp. 11-17), André Gunder Frank (1969, parte 2), Aníbal Quijano (1977), e Theotonio Dos Santos (1970). Estes intelectuais produziram as seguintes críticas às teorias da modernização:

- 
1. Desenvolvimento e subdesenvolvimento são produzidos pelas relações centro-periferia do sistema-mundo capitalista. Os *dependentistas* alegaram que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento constituíam um ao outro através de um processo relacional. Isso é contrário à conceituação das teorias da modernização em que cada país se desenvolve como uma unidade autônoma através de estágios.
  2. A dicotomia moderna/tradicional é abstrata, formal e não histórica. Essa dicotomia da teoria da modernização não caracteriza corretamente nem explica adequadamente os processos sociais subjacentes ao desenvolvimento e subdesenvolvimento. A oposição moderna-tradicional refere-se a categorias descritivas (culturais ou econômicas) a nível nacional que obscurecem estruturas de dominação e exploração a nível mundial.
  3. A penetração, a difusão e a aculturação estrangeiras dos valores, técnicas e ideias modernas dos centros para a periferia não produzem necessariamente desenvolvimento. Na maioria dos casos, esse processo contribui à subordinação dos países subdesenvolvidos aos centros.
  4. *Dependentistas* consideram incorreto o pressuposto que equaciona o desenvolvimento com o passar pelos mesmos “estágios” das chamadas sociedades avançadas. Como o tempo histórico não é – como as teorias da modernização pressupõem – cronológico e unilinear, a experiência das sociedades metropolitanas não pode ser repetida. O subdesenvolvimento é uma experiência específica que precisa ser analisado como um processo histórico e estrutural. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento coexistem simultaneamente no tempo histórico. A coetaneidade de ambos os processos é reconhecida abertamente.
  5. A dependência é uma abordagem que tenta explicar por que os países latino-americanos não se desenvolveram de forma semelhante ao centro. A dependência é entendida como uma relação de subordinação no sistema capitalista internacional em vez de resultado de estruturas arcaicas, tradicionais ou feudais. O último é o resultado das estruturas modernas e capitalistas. Assim, o subdesenvolvimento envolve uma interação de elementos “externos” e “internos”.
  6. A abordagem correta para explicar o subdesenvolvimento da América Latina não é o método estrutural-funcional, mas a metodologia estrutural histórica.

Os escritores da dependência concordaram basicamente nesses pontos. Todos criticaram o quadro do espaço/tempo universalista e eterno das teorias da

---

modernização. As perguntas que interessam para nosso tópico são: os *dependentistas* conseguiram romper completamente com as premissas eurocêntricas de distanciamento do tempo e negação da coetaneidade pressuposta pelas teorias da modernização e do modo de produção? Eles superaram com sucesso o desenvolvimentismo como geocultura do sistema mundial?

Uma das principais fraquezas da abordagem *dependentista* foi que sua solução para eliminar a dependência ainda era elaborada nas categorias de ideologia desenvolvimentista. Os limites das perguntas feitas limitaram as respostas encontradas. As questões de dependência ficaram presas às problemáticas da modernidade: quais os obstáculos para o desenvolvimento nacional? Como alcançar o desenvolvimento nacional autônomo? A dependência assumiu a ideia modernista de que o progresso era possível através de uma organização racional da sociedade, onde cada Estado-nação conseguia um desenvolvimento nacional autônomo através do controle consciente, soberano e livre de seu destino.

A principal diferença entre as ideias desenvolvimentistas de *cepalistas* e *dependentistas* foi que, para o primeiro, o desenvolvimento nacional autônomo poderia ser alcançado dentro do capitalismo, enquanto que, para o último, não poderia ser alcançado no sistema-mundo capitalista. O estabelecimento do socialismo em cada Estado-nação foi a prescrição *dependentista* para a organização racional do desenvolvimento nacional autônomo. A burguesia “nacional”, aliada aos interesses do capital estrangeiro, representava uma força reacionária, em oposição às classes exploradas, que supostamente liderariam a luta revolucionária pelo socialismo. A Revolução Cubana tornou-se o mito do desenvolvimento nacional socialista. Assim, para os *dependentistas*, o principal obstáculo para o desenvolvimento nacional autônomo era o sistema capitalista, e a solução era desvincular e construir o socialismo ao nível do Estado-nação.

Esta posição é resumida pela *dependentista* radical brasileira Vania Bambirra. Aqui, Bambirra responde à crítica *cepalista* de Octavio Rodríguez da negação *dependentista* do desenvolvimento nacional autônomo no capitalismo:

---

Nenhum dos autores [*dependentistas*] “analisados” por Rodriguez negam a possibilidade de desenvolvimento nacional autônomo, já que isso seria um absurdo. Contudo, o desenvolvimento nacional autônomo não pode ser liderado pela burguesia dependente. Isso os leva à conclusão lógica, implícita em alguns, explícita em outros, que a necessidade histórica para o desenvolvimento das forças produtivas na América Latina seja impulsionada por um sistema socioeconômico superior, isto é, o socialismo. (BAMBIRRA, 1978, p. 88).

A luta pelo socialismo em países como os da América Latina está no âmbito da luta pelo desenvolvimento nacional autônomo que o capitalismo não consegue alcançar. (99)

As ideias de dependência devem ser entendidas como parte da longa duração das ideias da modernidade na América Latina. O desenvolvimento nacional autônomo tem sido um tema ideológico central do sistema mundial moderno desde o século XVIII. *Dependentistas* reproduziram a ilusão de que a organização racional e o desenvolvimento podem ser alcançados a partir do controle do Estado-nação. Isso contradiz a posição de que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são o resultado de relações estruturais dentro do sistema-mundo capitalista. A mesma contradição é encontrada em André Gunder Frank. Embora Frank definisse o capitalismo como um único sistema mundial além do Estado-nação, ele ainda acreditava que era possível desvincular ou romper com o sistema mundial no nível do Estado-nação (FRANK, 1970, p. 11, p. 104, p. 150; FRANK, 1969, cap. 25). Isso implicava que um processo revolucionário a nível nacional poderia isolar o país do sistema global. No entanto, como sabemos hoje, é impossível transformar um sistema que opera em escala mundial privilegiando o controle/administração do Estado-nação (WALLERSTEIN, 1992b). Nenhum controle “racional” do Estado-nação alteraria a localização de um país na divisão internacional do trabalho. O planejamento e o controle “racional” do Estado-nação contribuem para a ilusão desenvolvimentista de eliminar as desigualdades do sistema-mundo capitalista no nível do Estado nacional.

No sistema-mundo capitalista, um Estado-nação periférico pode experimentar transformações na sua forma de incorporação à economia mundial capitalista, a uma infinidade de condições mesmo em relação a uma posição

---

periférica. No entanto, romper ou transformar todo o sistema no nível do Estado-nação está completamente para além de seu escopo de possibilidades (WALLERSTEIN, 1992a, 1992b). Portanto, um problema global não pode ter uma solução nacional. Não é para negar a importância das intervenções políticas a nível do Estado-nação. O ponto aqui é não reificar o Estado-nação e compreender os limites das intervenções políticas neste nível para a transformação a longo prazo de um sistema que opera em escala mundial. O Estado-nação, apesar de ainda ser uma importante instituição do capitalismo histórico, é um espaço limitado para transformações políticas e sociais radicais. As agências coletivas na periferia precisam de um escopo global para fazer uma intervenção política efetiva no sistema-mundo capitalista. Lutas sociais abaixo e acima da Estado-nação são espaços estratégicos de intervenção política que são frequentemente ignoradas quando o foco dos movimentos privilegia o Estado-nação. As conexões locais e globais dos movimentos sociais são cruciais para uma intervenção política efetiva. Os *dependentistas* ignoraram isso, devido em parte a sua tendência a privilegiar o Estado-nação como unidade de análise. Isso teve terríveis consequências políticas para a esquerda latino-americana e para a credibilidade do projeto político *dependentista*. O fracasso político contribuiu para o desaparecimento da escola *dependentista*. O declínio desta escola permitiu o ressurgimento de velhas ideias desenvolvimentistas na região. Apesar de o problema delineado ser compartilhado pela maioria dos teóricos *dependentistas*, alguns reproduziram novas versões da negação eurocêntrica da coetaneidade. A versão de Cardoso da teoria da dependência é um bom exemplo.

### **3. O DESENVOLVIMENTISMO DE CARDOSO**

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto desenvolveram juntos uma tipologia para compreender as diversas situações nacionais de dependência. Eles fazem uma distinção analítica entre relações de autonomia-dependência, relações

---

centro-periferia e desenvolvimento-subdesenvolvimento (CARDOSO & FALETTO, 1969, pp. 24-25). *Dependência* refere-se às condições de existência e função dos sistemas econômicos e políticos a nível nacional e pode ser demonstrada, criando suas ligações internas e externas. *Periferia* refere-se ao papel que as economias subdesenvolvidas desempenham nos mercados internacionais sem abordar os fatores sociopolíticos implicados nas situações de dependência. *Subdesenvolvimento* refere-se a uma fase de desenvolvimento do sistema produtivo (forças de produção) em vez de controle externo (por exemplo, colonialismo, periferia do mercado mundial) ou interno (por exemplo, socialismo, capitalismo) da tomada de decisão econômica. Assim, o continuum dependente-autônomo refere-se principalmente ao sistema político dentro do Estado-nação; o continuum centro-periferia aborda os papéis desempenhados no mercado internacional; e o contínuo subdesenvolvimento-desenvolvimento refere-se aos estágios de desenvolvimento do sistema econômico. Essas distinções analíticas permitem que Cardoso declare que um Estado-nação pode desenvolver seu sistema econômico, mesmo na medida da produção de bens de capital, apesar de não ter um controle autônomo sobre o processo de tomada de decisão - isto é, enquanto dependente. É o que ele chama de “desenvolvimento dependente”. O reverso também é possível - isto é, Estados-nação subdesenvolvidos autônomos. Este esquema serve de base para a seguinte tipologia das sociedades nacionais:

1. Autônomo-Desenvolvido (centros): Por exemplo, Estados Unidos e Europa Ocidental.
2. Dependente-Desenvolvido (periférico): Por exemplo, Brasil e Argentina.
3. Autônomo-Subdesenvolvido (não periférico): Por exemplo, Argélia, Cuba e China.
4. Dependente-Subdesenvolvido (periférico): Por exemplo, América Central, Caribe, Bolívia e Peru

---

Os países dos níveis 2 e 4 são periféricos porque ainda são subordinados às economias centrais do sistema capitalista internacional. O mecanismo social para esta subordinação é o sistema interno de dominação ou as relações internas de forças que produziram dependência em vez de autonomia no sistema político. Se, através de um processo revolucionário ou reformista, um país consegue uma tomada de decisão autônoma em nível de Estado-nação, então pode deixar de ser um país periférico na economia mundial capitalista, mesmo que ainda continue sendo uma economia exportadora de uma única safra. A diferença entre as sociedades dependentes é se elas são desenvolvidas (industrializadas) ou subdesenvolvidas (agrárias), e isso está relacionado a processos internos ao Estado-nação em termos de quem controla as principais atividades produtivas (economias de enclave versus economias populacionais) e do “estágio de desenvolvimento” do sistema produtivo. Os países no nível 3 não são dependentes porque quebraram seus laços com um sistema interno particular de dominação através de um processo revolucionário que, segundo Cardoso, libertou-os de serem incorporados a um sistema imperialista de dominação. Embora ainda estejam economicamente subdesenvolvidos porque não se industrializaram, gozam de autonomia de decisão sobre o seu sistema econômico. Assim, esses países são não-periféricos, na medida em que não são politicamente dominados e economicamente subordinados aos centros metropolitanos no mercado internacional. Para Cardoso, Estados-nação podem alcançar uma tomada de decisão autônoma e uma localização não periférica no sistema internacional sem alcançar desenvolvimento (países de nível 3). O inverso também é possível: Estados-nação podem ser dependentes, periféricos e ainda alcançar o desenvolvimento (países de nível 2). Os Estados-nação de nível 1 são os centros porque estão no único grupo de países que possui um sistema econômico desenvolvido junto com um sistema político autônomo. Isto torna possível que os centros tenham uma posição forte e dominante no mercado internacional.

---

Como todas as sociedades latino-americanas, com exceção de Cuba, são classificadas nos níveis 2 e 4, o livro de Cardoso e Faletto concentra-se nas diferentes situações de dependência entre esses países. Eles desenvolveram outra tipologia para a bifurcação das trajetórias das sociedades dependentes entre os industrializados e aqueles que continuam sendo produtores primários (agricultura ou mineração).

*Economias do enclave* são aquelas em que a produção para exportação é controlada diretamente pelo capital estrangeiro (dependência financeira), originando a acumulação de capital externamente. As economias de exportação controladas nacionalmente são aqueles em que a produção para exportação era controlada pelo capital “nacional” (dependência comercial), originando a acumulação de capital internamente. *Nova dependência* é a forma de dependência pós-1950 em que as empresas multinacionais investem diretamente na industrialização da periferia, não para exportações, mas para conquistar seu mercado interno (dependência financeira/industrial ou dependência tecnológica). Embora o acúmulo de capital muitas vezes se origine, à semelhança dos enclaves, no exterior, há um grande diferença: a maior parte da produção industrial é vendida nos mercados internos. Essas diversas formas de dependência articulam-se com as fases “externas” de capitalismo nos centros, como o capitalismo competitivo, o capitalismo monopólico, o capitalismo industrial ou o capitalismo financeiro (CARDOSO, 1973, p. 96; 1985, pp. 141-42).

As sociedades dependentes que se industrializaram eram aquelas com economias periféricas controladas a nível nacional. De acordo com Cardoso e Faletto, elas se industrializaram durante a depressão mundial dos anos 30 quando surgiu uma aliança desenvolvimentista devido à crise da oligarquia agrária. Os capitalistas locais desenvolveram espontaneamente um programa de industrialização por substituição de importações. No entanto, depois de 1950, uma vez que os centros se recuperaram da crise mundial, esses mesmos países foram dominados pelo capital multinacional. O último estabeleceu alianças com o Estado e

---

com as facções dos capitalistas locais para controlar os mercados internos da América Latina. Para Cardoso, somente nesta fase podemos falar de um modo de produção capitalista internacional; antes dessa fase, era apenas um mercado capitalista internacional (CARDOSO, 1985, p. 209). As diversas formas de dependência (enclave, economias de exportação nacionalmente controladas, nova dependência) não são estágios, mas caracterizações das formações sociais nacionais (147). Às vezes, essas três formas podem coexistir com uma articulação hierárquica dentro de um Estado-nação, ou seja, uma forma domina e subordina as outras.

Para Cardoso, são os processos internos do Estado-nação e não a localização cultural/estrutural na divisão internacional do trabalho que determina se um país é periférico, dependente e subdesenvolvido. A proposição de que um processo de tomada de decisão autônomo no nível do Estado-nação é possível de ser alcançado, que a dependência é principalmente uma relação interna de forças em favor de atores estrangeiros, e que o subdesenvolvimento é um estágio atrasado do sistema produtivo, leva Cardoso a premissas desenvolvimentistas. Para Cardoso, o desenvolvimento e subdesenvolvimento são definidos em termos de tecnologia avançada ou atrasada no sistema produtivo dentro de um Estado-nação. Os padrões de industrialização europeus e americanos são o que servem de parâmetro para o desenvolvimento e subdesenvolvimento. As deficiências do desenvolvimento capitalista e a presença de formas pré-capitalistas de produção dentro dos limites do Estado-nação são o que impede as sociedades latino-americanas de completarem a reprodução ampliada do capital (CARDOSO, 1985, p. 50). Essas deficiências contribuem para uma posição subordinada na divisão internacional do trabalho. Assim, a explicação está centrada na dinâmica política interna ao Estado-nação, não no sistema capitalista global/internacional.

Consequentemente, para Cardoso existem três maneiras de alcançar o desenvolvimento para as sociedades dependentes. O primeiro caminho para o desenvolvimento é quando um Estado-nação dependente alcança um processo

---

autônomo de tomada de decisão e reorganiza a economia de forma não periférica. Isto pode ser feito através de uma revolução ou uma reforma política que transforma a relação de forças criando as possibilidades de avançar os estágios de desenvolvimento. O segundo caminho é quando as economias de exportação dependentes nacionalmente controladas geram uma acumulação interna de capital que permite se industrializem. Embora possam sofrer dependência comercial, ainda há algum processo de acumulação capitalista “nacional” que promove a industrialização. O terceiro caminho do desenvolvimento é quando um país dependente – o que significa ser não autônomo na tomada de decisões nos processos internos ao Estado-nação e periférico, ou seja, economicamente subordinado no mercado internacional – alcança o desenvolvimento pela expansão industrial e investimentos de empresas multinacionais. Este novo caráter de dependência vem através do controle e criação de novas tecnologias por empresas multinacionais, o que lhes garante um papel-chave no sistema global da acumulação capitalista (CARDOSO, 1973, p. 117; 1985, 210-11). Desta forma, para Cardoso, a industrialização periférica depende de novas tecnologias e máquinas avançadas dos centros. No entanto, em sua opinião, esse novo caráter de dependência equivale ao desenvolvimento porque contribui para a expansão do capitalismo industrial (ou seja, o crescimento das relações salariais e do desenvolvimento das forças produtivas).

Na opinião de Cardoso, as desigualdades e o “subdesenvolvimento” do processo produtivo a nível nacional promove as desigualdades e a dependência a nível internacional. O mercado mundial capitalista é conceituado como uma estrutura desigual internacional (múltiplas formações sociais nacionais) de nações dominantes e subordinadas em que o capital dos centros penetra as sociedades dependentes. Assim, embora, para Cardoso, o capitalismo tenha leis de movimento que permanecem constantes nos centros e na periferia, um único sistema social capitalista em que cada país forme parte integral não existe. Existem tantos sistemas capitalistas (ou formações sociais capitalistas) quanto Estados-nação no

---

mundo. O comércio e o investimento de capital entre diferentes países e empresas com níveis desiguais do desenvolvimento capitalista são responsáveis por uma desigualdade “internacional” no mercado capitalista. Para Cardoso, o objetivo principal é alcançar o desenvolvimento, o que significa industrializar. A proposição de Cardoso de estágios de desenvolvimento das forças produtivas assume uma negação de coetaneidade. Há estágios avançados e estágios atrasados de desenvolvimento internos a um Estado-nação. Isto está relacionado aos pressupostos eurocêntricos onde os modelos das chamadas sociedades avançadas são os Estados Unidos e a Europa, enquanto o resto do mundo é concebido como “para trás”. Cardoso substituiu o antigo estagismo da teoria da modernização e do modo de produção por uma nova forma de negação de coetaneidade baseada na tecnologia utilizada no sistema produtivo dentro de um Estado-nação.

#### **4. A SUBESTIMAÇÃO DE DEPENDENTISTAS DA CULTURA**

35

---

*Dependentistas* desenvolveram uma abordagem neomarxista de economia política. A maioria das análises *dependentistas* privilegiou os aspectos econômicos e políticos dos processos sociais em detrimento das determinações culturais e ideológicas. A cultura foi percebida como instrumental para os processos de acumulação capitalista. Em muitos aspectos, os *dependentistas* reproduziram parte do reducionismo econômico que tinha sido criticado nas abordagens ortodoxas de Marx. Isso conduziu a dois problemas: primeiro, uma subestimação do colonialismo latino-americano/hierarquias raciais; e segundo, um empobrecimento analítico das complexidades dos processos político-econômicos. Para a maioria dos *dependentistas*, a “economia” era a esfera privilegiada de análise social. Categorias como “gênero” e “raça” foram frequentemente ignoradas e, quando utilizadas, foram reduzidas a classe ou a uma lógica econômica.

Aníbal Quijano é uma das poucas exceções para isso. Ele desenvolveu o conceito de “colonialidade do poder” para entender as hierarquias raciais atuais

---

na América Latina. Segundo Quijano, a classificação social dos povos na América Latina foi hegemonizada por elites crioulas brancas ao longo de um longo processo histórico de dominação colonial/racial. Categorias como modernidade, como cidadania, democracia e identidade nacional foram historicamente construídas através de duas divisões axiais: (1) entre trabalho e capital; (2) entre europeus e não europeus (QUIJANO, 1993); e eu adicionaria (3) entre homens e mulheres. As elites brancas masculinas hegemonizaram estas divisões axiais. De acordo com o conceito de colonialidade do poder desenvolvido por Quijano, mesmo após a independência, quando o controle formal jurídico/militar do Estado passou do poder imperial para o Estado recém-independente, as elites crioulas brancas continuaram a controlar o econômico, cultural e as estruturas políticas da sociedade (QUIJANO, 1993). Esta continuidade das relações de poder das épocas coloniais a pós-coloniais permitiram que as elites brancas classificassem as populações e excluíssem pessoas de cor das categorias de cidadania plena na comunidade imaginada chamada “nação”. Direitos civis, políticos e sociais que a cidadania conferia aos membros da “nação” nunca foram totalmente estendidos aos sujeitos coloniais como índios, negros, zambos e mulatos. Grupos “internos coloniais” permaneceram como “cidadãos de segunda classe”, nunca tendo pleno acesso aos direitos dos cidadãos. A colonialidade é uma relação sociocultural entre europeus e não europeus que é reproduzida constantemente enquanto as estruturas de poder são dominadas pelas elites brancas crioulas e pela construção cultural dos povos não-europeus como “outros inferiores”.

O que está implícito na noção de colonialidade do poder é que o mundo não foi completamente descolonizado. A primeira descolonização estava incompleta. Estava limitada à “independência” jurídico-política dos Estados imperiais europeus. A “segunda descolonização” terá de abordar as hierarquias raciais, étnicas, sexuais, de gênero e econômicas que a “primeira descolonização” deixou em vigor. Como resultado, o mundo precisa de uma “segunda descolonização” diferente e mais radical do que a primeira.

---

Muitos projetos esquerdistas na América Latina seguiram a subestimação *dependentista* das hierarquias raciais/étnicas e reproduziram, dentro de suas organizações e ao controlar o poder do Estado, a dominação crioula branca sobre pessoas não europeias. A “esquerda” latino-americana nunca reformulou radicalmente as hierarquias raciais/étnicas construídas durante a expansão colonial europeia e ainda presentes na colonialidade de poder da América Latina. Por exemplo, os conflitos entre os sandinistas e os misquitos na Nicarágua emergiu como parte da reprodução das antigas hierarquias raciais/coloniais (VILA, 1992). Este não foi um conflito criado pela CIA, como os sandinistas costumavam retratá-lo. Os sandinistas reproduziram a colonialidade histórica do poder entre a Costa do Pacífico e a Costa Atlântica da Nicarágua. As elites crioulas brancas na Costa do Pacífico hegemonizaram as relações políticas, culturais e relações econômicas que subordinaram negros e índios na Costa Atlântica. As diferenças entre a ditadura somocista e o regime sandinista não eram tão grandes quando se tratava de relações sociais com outros coloniais/raciais. Da mesma forma, as elites brancas cubanas hegemonizaram posições de poder no período pós-revolucionário (MOORE, 1988). As continuidades históricas da colonialidade do poder em Cuba também são maiores do que as discontinuidades. O número de negros e mulatos em posições de poder é mínimo e não corresponde ao fato demográfico de que são a maioria numérica. A antiga hierarquia racial/étnica em Cuba não tem sido significativamente transformada durante o regime de Castro. Os afro-cubanos têm sido continuamente assediados em espaços públicos, estereotipados (com calúnias raciais, como “criminosos” e “preguiçosos”) e marginalizados das posições de poder.

Nenhum projeto radical na América Latina pode ser bem sucedido sem desmantelar essas hierarquias coloniais/raciais. Isso afeta não apenas o escopo dos “processos revolucionários”, mas também a democratização das hierarquias sociais. A subestimação dos problemas da colonialidade foi um fator importante que contribuiu para a popular desilusão com projetos “esquerdistas” na América

---

Latina. A negação da coerência nos discursos de dependência desenvolvimentista reforça a colonialidade do poder dentro do Estado-nação ao privilegiar as elites crioulas brancas em nome da técnica, do progresso e do conhecimento superior. Regiões pobres e marginalizadas do Estado-nação, onde populações pretas, mulatas e indígenas frequentemente vivem, são retratadas por regimes de esquerda como “atrasadas” e “subdesenvolvidas” devido à “preguiça” e aos “maus hábitos” dos habitantes dessas regiões. Assim, a colonialidade se refere às continuidades a longo prazo das hierarquias raciais desde o momento do colonialismo europeu até a formação de Estados-nação nas Américas. Quando se trata da colonialidade do poder na América Latina, a diferença entre os regimes de esquerda e de direita não é assim tão grande. Hoje existe uma colonialidade de poder em toda a América Latina mesmo quando as administrações coloniais desapareceram.

O segundo problema com a subestimação dos *dependentistas* em relação à dinâmica cultural e ideológica é que ela empobreceu sua própria abordagem de economia política. Estratégias ideológicas/simbólicas, bem como formas eurocêntricas de conhecimento, são constitutivas da economia política do sistema-mundo capitalista. Estratégias simbólicas/ideológicas globais são lógicas importantes estruturantes das relações centro/periferia no sistema mundial capitalista. Por exemplo, os estados centrais desenvolvem estratégias ideológicas/simbólicas promovendo formas “ocidentalistas” (MIGNOLO, 1995) do “Ocidente sobre o resto”. Isto é claramente visto nos discursos desenvolvimentistas, que se tornaram uma forma “científica” de conhecimento nos últimos cinquenta anos. Este conhecimento privilegiou o “Ocidente” como modelo de desenvolvimento. O discurso do desenvolvimento oferece uma receita sobre como se tornar como o “Ocidente”.

Embora os *dependentistas* tenham lutado contra estes universalismos/formas de conhecimento ocidentalistas, eles perceberam esse conhecimento como uma superestrutura ou um epifenômeno de alguma estrutura

---

econômica. *Dependentistas* nunca perceberam esse conhecimento como constitutivo da economia política da América Latina. Construir a África e a América Latina como “problemas” em relação a etapas de desenvolvimento esconde a responsabilidade europeia e euro-americana na exploração destes continentes. A construção da periferia como regiões “patológicas”, em oposição aos padrões de desenvolvimento normais do “Ocidente”, justificou uma intervenção política e econômica ainda mais intensa do poder. Ao tratar o outro como subdesenvolvido e atrasado, a exploração e a dominação metropolitana foram justificadas em nome da missão civilizatória.

Além disso, o Estado imperial euro-americano desenvolveu estratégias simbólicas/ideológicas para mostrar uma região periférica ou um grupo étnico, em oposição a um país ou grupo étnico periférico desafiador. Essas estratégias são materiais e constitutivas de processos político-econômicos globais. Eles são economicamente caros porque implicam o investimento de capital em formas não lucrativas, como créditos, auxílio e programas de assistência. No entanto, os lucros simbólicos podem se traduzir em lucros a longo prazo.

Como explicar o chamado milagre do sudeste asiático sem um entendimento das estratégias ideológicas/culturais globais? Desde a década de 1950, os Estados Unidos compareceram a vários países periféricos em diferentes regiões do mundo, onde os regimes comunistas representavam um desafio, tais como como a Grécia em relação à Europa Oriental, Taiwan em relação à China, Coreia do Sul vis-à-vis Coreia do Norte; na década de 1960, a Nigéria em relação à Tanzânia, Porto Rico em relação a Cuba; na década de 1980, Jamaica em relação a Granada, Costa Rica vis-à-vis Nicarágua. Outras vitrines na região incluem o Brasil na década de 1960 (o chamado milagre brasileiro) e, mais recentemente, o México e o Chile na década de 1990 como vitrines neoliberais da pós-Guerra Fria. Em comparação com outros países, todas essas vitrines receberam somas desproporcionalmente grandes de ajuda externa dos EUA e condições favoráveis para o crescimento econômico, como flexibilidade de prazos para pagar suas

---

dívidas, acordos tarifários especiais que produziram commodities acessíveis nestas áreas a mercados imobiliários e/ou transferências tecnológicas. A maioria do sucesso dessas vitrines durou vários anos, falhando posteriormente. No entanto, elas foram cruciais para produzir uma hegemonia ideológica sobre os povos do Terceiro Mundo a favor do desenvolvimento de programas pró-EUA. A ideologia do desenvolvimentismo é um elemento constitutivo crucial na hegemonia do “Ocidente”. O sistema-mundo capitalista ganha credibilidade por desenvolver alguns casos semiperiféricos de sucesso. Estas são estratégias culturais e civilizacionais para obter consentimento e demonstrar a “superioridade” do “Ocidente”.

Seria extremamente difícil responder às seguintes questões sem uma compreensão das estratégias simbólicas/ideológicas globais: por que os funcionários dos EUA em Taiwan e na Coreia do Sul implementaram, financiaram, apoiaram e organizaram uma reforma agrária radical no início da década de 1950, enquanto na Guatemala uma reforma agrária muito mais suave apresentada pela administração de Arbenz durante os mesmos anos encontrou um golpe de estado apoiado pela CIA? Por que o governo dos EUA apoiou uma reforma agrária em Porto Rico que forçou as corporações dos EUA a venderem toda a terra em mais de quinhentos acres (DIETZ, 1986)? Por que o governo dos EUA estava disposto a sacrificar seus interesses econômicos corporativos em Taiwan, Coreia do Sul e Porto Rico, mas não seus interesses econômicos no Chile ou na Guatemala? Por que a industrialização por substituição de importações no Japão, Taiwan e Coreia do Sul não é líder nos déficits da balança de pagamentos como ocorreu na América Latina? Uma abordagem economicista reducionista da economia política simplesmente não pode responder estas questões. A análise *dependentista*, não tendo em consideração estratégias simbólicas/ideológicas globais, empobreceu a abordagem da economia política.

---

## 5. CONCLUSÃO

O desenvolvimentismo, a negação da coetaneidade e o encobrimento da colonialidade do poder na América Latina são três limitações conceituais da escola *dependentista* apontadas neste artigo. Esses três processos conceituais estão historicamente inter-relacionados na geocultura do sistema-mundo capitalista. A construção do outro como habitando um espaço distante e um tempo passado surgiu simultaneamente com a formação de um “sistema-mundo capitalista moderno/colonial (MIGNOLO, 2000) com suas hierarquias coloniais/raciais. Isso criou as condições históricas de possibilidade para o surgimento do desenvolvimentismo, propondo que a solução para o atraso no tempo seja o de desenvolver, o de alcançar o Ocidente.

Os *dependentistas* fazem parte da longa duração da ideologia da modernidade na América Latina. Um dos principais argumentos deste artigo é que os *dependentistas* foram apanhados em pressupostos de desenvolvimentismo semelhantes às correntes intelectuais que eles tentaram criticar. Ao privilegiar o desenvolvimento nacional e o controle do Estado-nação, reproduziram a ilusão de que o desenvolvimento ocorre através da organização racional e que pode ser planejado ao nível do Estado-nação. Essa ênfase contribuiu para ignorar as intervenções políticas antissistêmicas alternativas e mais estratégicas abaixo (local) e acima (global) do Estado-nação. Além disso, os *dependentistas* subestimaram a colonialidade do poder na América Latina. Esta obscureceu a existência contínua das hierarquias raciais/étnicas da região. As relações de poder na região são constituídas por hierarquias raciais/étnicas que têm uma longa história colonial. Movimentos esquerdistas influenciados pelo paradigma dependentista reproduziu a dominação crioula branca quando estava no controle da Estado-nação. Assim, não pode haver um projeto radical na região sem relações de poder descolonizadas.

Finalmente, tanto os pressupostos desenvolvimentistas quanto a subestimação da colonialidade do poder, juntamente com a produção de novas formas de negação de coetaneidade, levaram alguns *dependentistas* como

---

Fernando Henrique Cardoso a pressupostos eurocêntricos sobre o progresso técnico e o desenvolvimento. Isso contribui para a compreensão da atual cumplicidade de muitos *dependentistas* antigos com os recentes projetos globais neoliberais dominantes na região.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAMBIRRA, Vania. **Teoría de la dependencia: Una anticrítica.** Mexico City: Serie Popular Era, 1978.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial y desenvolvimento econômico no Brazil.** São Paulo: Difusao Européia do Livro, 1964.
- \_\_\_\_\_. “Notas sobre el estado actual de los estudios de la dependencia.” In: **Problemas del subdesarrollo latinoamericano**, edited by Sergio Bagú. Mexico City: Editorial Nuestro Tiempo, 1973.
- \_\_\_\_\_. Estado y sociedad en América Latina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1985.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependencia y desarrollo en América Latina.** Mexico City: Siglo XXI, 1969. (Published in English as *Dependency and Development in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1979.).
- CHIARAMONTE, José Carlos. **Nacionalismo y liberalismo económicos en Argentina, 1860–1880.** Buenos Aires: Ediciones Solar, 1971.
- DIETZ, James. **Economic History of Puerto Rico.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 1986.
- DOS SANTOS, Theotonio. “La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina.” In: **La dependencia política-económica de América Latina**, edited by Helio Jaguaribe. Mexico City: Siglo XXI, 1970.
- FABIAN, Johannes. **Time and the Other.** New York: Columbia University Press, 1983.
- FRANK, AndréGunder. **Latin America: Underdevelopment or Revolution.** New York: Monthly Review Press, 1969.
- \_\_\_\_\_. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina.** Mexico City, Mexico: Siglo XXI, 1970.
- GROSGOUEL, Ramón. “A Time Space Perspective on Development: Recasting Latin American Debates.” **Review** 20: 465–540, 1977.
- HOSELITZ, Bert F. **Sociological Factors in Economic Development.** Glencoe, U.K.: Free Press, 1960.

- 
- MIGNOLO, Walter D. **The Darker Side of the Renaissance**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Local Histories/Global Designs: Essays on the Coloniality of Power, Subaltern Knowledges, and Border Thinking**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.
- MOORE, Carlos. **Castro, the Blacks, and Africa**. Los Angeles: Center for Afro-American Studies at the University of California, 1988.
- POTASCH, Robert A. **El Banco de Avío de México, 1821–1846**. Mexico City: Fondo de Cultura Económica, 1959.
- QUIJANO, Aníbal. “Notas sobre el concepto de ‘marginalidad social.’” In: QUIJANO, Aníbal (ed.). **Imperialismo y “Marginalidad” en América Latina**. Lima: Mosca Azul Editores, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Introducción a Mariátegui**. Mexico City: Siglo XXI, 1981.
- \_\_\_\_\_. “América Latina en la economía mundial.” **Problemas del desarrollo** 24: 5–18, 1993
- ROSTOW, Walt W. **The Stages of Economic Development: A Non-Communist Manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.
- VANDEN, H. E. 1986. **National Marxism in Latin America: José Carlos Mariátegui, Thought and Politics**. Boulder, CO: Lynne Rienner, 1986.
- VILA, Carlos M. **Estado, clase y etnicidad: La costa atlántica de Nicaragua**. Mexico City: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- VILLEGAS, Abelardo. 1986. “Panorama de los procesos de cambio: Revolución, reformismo, y lucha de clases.” In: ZEA, Leopoldo (ed.). **América Latina en sus ideas**. Mexico City: UNESCO and Siglo XXI.
- WALLERSTEIN, Immanuel. “The Concept of National Development, 1917–1989: Elegy and Requiem.” **American Behavioral Scientist** 35: 517–29, 1992a.
- \_\_\_\_\_. “The Collapse of Liberalism.” In: MILIBAND, Ralph & PANITCH, Leo (eds.). **The Socialist Register**. London: Merlin, 1992b.
- ZEA, Leopoldo. **Introduction to América Latina en sus ideas**. Mexico City: Unesco and Siglo XXI, 1968.

TRADUÇÃO:  
MARCOS DE JESUS OLIVEIRA